

INFORME

Uma Publicação do Departamento de Economia / UFPI - Nº 7

Ponto
de
Vista

Para onde vamos? Para onde nos levam? Aos poucos a consciência do cidadão brasileiro está despertando para uma realidade: a de que o resgate de uma vida digna para a maioria da população, condenada à fome e à miséria, geradores por sua vez, de uma violência sem precedentes na história do nosso país, não acontecerá enquanto só esperarmos por ações governamentais. Ações que respondem apenas a uma política imposta pelo capital internacional e que não respondem aos anseios e às necessidades prementes do povo sofrido. Ações de caráter eleitoral que servem apenas a momentos e a candidatos. No Nordeste, todos sabemos a situação em que se encontra a SUDENE. No limiar do Século XXI, o sertão ainda se alimenta de lagartos e mucuras... Que nos unamos na construção de um modelo de desenvolvimento econômico solidário que provoque o fortalecimento da nossa economia, na criação de empresas de todos os tamanhos, na geração de empregos, no oferecimento dos serviços essenciais que permitam ao brasileiro usufruir das possibilidades de educação, saúde, moradia e alimentação. No primeiro artigo deste número, o prof. Samuel C. Filho interroga: *Desistimos de construir o país e esperamos que alguma coisa ou alguém o construa - o mercado, empresas privadas com e sem competência, as próximas gerações, ou quem?* Qual será a nossa resposta? O prof. Almir Bittencourt esclarece como a produtividade do trabalho torna-se um fator preponderante para a análise do desenvolvimento econômico de um país. O prof. Francisco Heitor L. da Rocha debruça-se sobre questões internacionais discorrendo a cerca de Kosovo e as relações entre o Brasil e Argentina e o prof. Tiago Rosa apresenta o papel relevante que tem o conhecimento e o aprendizado organizacional para empresas. O aluno Stefano escreve sobre a visão keynesiana. Boa leitura e até o próximo número!!

A Economia Brasileira nos Anos 90
Globalização, o Projeto Neoliberal
e Desenvolvimento
Nacionalpág. 2

Produtividade do Trabalho e
Desenvolvimento
Econômico pág.4

Aspectos Relevantes da Guerra
de Kosovo pág.6

Brasil / Argentina: Relações
Delicadas pág.8

Conhecimento e Aprendizado
Organizacional pág. 12

Uma Visão Keynesiana da Economia
Nacionalpág.11

Confira indicadores pág.16

C
O
N
Ô
M
I
C
O

A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90: O NEOLIBERALISMO E O DESENVOLVIMENTO

SAMUEL COSTA FILHO*

O novo cenário internacional dos anos 90 - Globalização, Reestruturação Produtiva, Supremacia Liberal, Plano Real, etc. - impregnou a sociedade brasileira e provocou uma inserção subordinada da nossa economia no contexto internacional. Acredita-se na difusão e benefícios do progresso técnico decorrentes do mercado global e da nova ordem internacional em formação. Por esse motivo, a participação ativa do Estado nas atividades econômicas não é mais exigida. Nos últimos anos assiste-se a uma política de privatização, desregulamentação e abertura comercial. O desenvolvimento nacional e/ou regional ficou subordinado apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais, tipo "Guerra Fiscal".

Após mais ou menos quatro décadas de atuação deliberada do Estado na promoção do desenvolvimento, encontramos o Estado privatizado e desestruturado. Dessa forma, uma "divindade suprema" chamada mercado passou a gerir os destinos de nossa sociedade. A esperança e certeza dos neoliberais é de que suas leis de mercado sejam solução para os nossos atuais problemas econômicos e sociais, e o instrumento que nos levará para o denominado "primeiro mundo".

A busca do desenvolvimento pela via liberal está apoiada nos economistas da Escola do Laissez-faire, que pretendem abolir o problema moral demonstrando que a busca do auto-interesse por cada indivíduo resultará em benefício de todos. Acontece que mercado livre e sem interferência do Estado jamais promoveu tal empreitada, não existindo comprovação na história das nações capitalistas desenvolvidas da atualidade.

Além do mais, os benefícios da globalização com a integração

regional e mundial necessitam ser melhor qualificadas. Os países desenvolvidos são quem determinam o ritmo da competição internacional. Esses países trabalham na fronteira tecnológica, possuindo capacidade para criar inovações que reduzem custos e introduzem novos produtos. Por esses motivos, a formação de grandes blocos irá beneficiar as principais nações (Estados Unidos da América na América Latina, Alemanha na Europa e Japão no Oriente) com a formação desse novo modelo de desenvolvimento.

É ilusão acreditar na difusão do desenvolvimento como prega o neoliberalismo. Devemos esperar a perda da autonomia de políticas econômicas e social quando o Brasil passar a fazer parte de um grande bloco. E, o efeito nefasto das enormes desigualdades sociais e regionais do país, certamente poderá criar sérios obstáculos a unidade nacional. O exemplo da política do tipo da "Guerra Fiscal" parece caminhar nessa linha.

Por essa via, o que realmente está ocorrendo nos dias atuais é que talvez pela primeira vez na história da república, fecharemos uma década com queda absoluta do PIB em relação à anterior. Na "Década Perdida", entre 1981 e 1989, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período de 1990 a 1999, a taxa média anual de crescimento será menor.

A atitude liberal do governo brasileiro e o erro das elites nacionais deixaram órfão a nação. A "política brasileira de reforma do Estado é ato de desistência. Desistimos de construir o país" (Sayad, 1999). Desistimos de construir o país e esperamos que alguma coisa ou alguém o construa - o mercado, empresas privadas com e sem competência, as próximas gerações, ou quem?

Discordando da via liberal para o nosso desenvolvimento, o presente artigo salienta a importância e necessidade de um "projeto de desenvolvimento" para nosso país e a região Nordeste. A idéia e ação deliberada visando o desenvolvimento do Brasil e da região em particular, necessita ser resgatada. Os problemas econômicos e as questões sociais são por demais graves para que deixemos o receituário liberal encontrar a solução adequada para a nação.

A "globalização" não impede a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo. A viabilidade de um projeto que tente solucionar os problemas estruturais, os desequilíbrios regionais, as sequelas econômicas e a deterioração do quadro social brasileiro é eminentemente política. Enquanto permanecermos assentado em um modelo que depende do apoio do capital externo, na imitação do padrão de vida e de consumo dos bens de países adiantados, nos manteremos numa via de exclusão social e regional.

Talvez, durante muito tempo o desejo de transformação social há de continuar esbarrando em obstáculos quase intransponíveis. Presenciamos os meios de comunicação de massa e jornalistas cada vez mais dóceis e uma informação cada vez mais medíocre. A imprensa como empresa capitalista tem objetivado somente o lucro, se distanciando cada vez mais do seu papel social.

Atualmente se faz necessário alerta para a gravidade do problema social da nação. Desse modo, "a tarefa da geração atualmente em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil

OS 90 - GLOBALIZAÇÃO, O PROJETO VOLVIMENTO NACIONAL

essa tarefa vai ser" (Joan Robison). Sem esquecer das dificuldades atualmente existentes para elaboração de uma política de desenvolvimento, acrescentamos que é interessante e necessário a mudança urgente no enfoque que o governo do Brasil tem da realidade nacional e regional. Principalmente a maneira como sempre desqualificou as críticas a sua atuação e a arrogância com que trata quem discorda da sua linha liberal. Diante da gravidade desse erro, devemos partir para construção de um novo modelo de desenvolvimento. Neste projeto se faz necessário tentar eliminar a miséria e pobreza urbana e rural, realizar políticas sociais e recuperar o Estado.

Diferente do que afirmam os ideólogos da globalização, a crise que assola a civilização capitalista industrial no momento atual é de natureza extremamente instável. Vivendo tanto das quedas como de expansões, não consegue assegurar o pleno emprego da força de trabalho e nem a utilização de toda capacidade produtiva. Flutua ao longo do tempo e provoca desequilíbrios. O Estado ao procurar solucionar esses problemas do capitalismo com a questão da dívida pública sancionando a riqueza produtiva e financeira, transforma a meta do orçamento equilibrado, hoje em dia, uma mera obra de ficção em consequência dos enormes custos financeiros.

As evidências históricas trabalham em favor de uma política de desenvolvimento nacional e regional, independente e alternativa ao processo liberal de abertura comercial e integração produtiva passiva. Após mais de uma década de política de ajuste e reestruturação, já se permitem algumas evidências, como o sucesso

menor dos países que aplicaram políticas ultraliberais de ajuste e desregulamentação. Além do que, a descrença no modelo de desenvolvimento em vigor, segundo a qual, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância, torna necessário a busca de uma nova concepção de desenvolvimento.

*Desistimos
de construir o país e
esperamos que alguma
coisa ou alguém o
construa - o mercado,
empresas privadas com e
sem competência, as
próximas gerações,
ou quem?*

Diferente dos liberais, para quem não se deve intervir na economia em virtude do risco de reduzir sua eficiência, somos favoráveis ao ponto de vista de que a política econômica deve e tem de servir para possibilitar o bem-estar dos indivíduos. O homem, diferente dos animais que aceita o meio e as estruturas do jeito que estas são (somente adaptando-se a ela), modifica, cria e inova as estruturas.

Todavia, é absolutamente inacreditável a ignorância que parcela significativa de segmentos pertencentes à chamada elite demonstra da história e da realidade brasileira. Problemas como o elevado desemprego, violência, marginalidade, pobreza moral e material das massas, o desequilíbrio da riqueza, o uso irracional de recursos não renováveis nas diferentes regiões do país, são problemas prementes que aguardam solução.

A saída é o desenvolvimento nacional. Porém, uma política diferente da anteriormente implementada. Observamos que após toda a fase de crescimento acelerado e modificações por que passou o nosso país, nos encontra-

mos diante de um quadro que revela: a opulência de uma minoria aliado a um processo de crescente favelização, persistente falta de moradia e emprego, ausência de saneamento básico na maioria das cidades, precariedade da assistência médica e da educação, crescimento brutal da marginalidade e da violência urbana, etc.

Revela-se facilmente que a cópia do estilo de vida e das políticas econômicas e culturais, manteve o quadro de "apartheid social" próprio de nossa realidade. Um dos traços característicos do desenvolvimento da sociedade brasileira é manter intacto ou talvez agravar a exclusão social. O motivo que possibilitou aos brasileiros conviverem com essas gritantes injustiças sociais foi o intenso dinamismo econômico no passado recente. Com isso, somente uma estratégia de desenvolvimento apoiada em ação deliberada do Estado tem condições de modificar esse mecanismo perverso que faz parte integrante de uma sociedade capitalista periférica. Perante esta sociedade, a atuação livre dos mecanismos de mercado irá provocar a reprodução e tendência de agravamento dessa situação.

Estimativas divulgadas recentemente pelo presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Sérgio Bresserman, demonstram que se o país crescer a uma taxa de 4,5% a.a. (valor acordado pelo governo brasileiro com o FMI), diante da atual taxa de crescimento da população em torno de 1,4% a.a., o Brasil levará ainda 30 anos para atingir a renda per capita encontrada nos países mais pobres da Europa (Portugal e Espanha). Caso o país repetir a trajetória dos últimos 20 anos, em que a renda per capita do país só cresceu 0,5% ao ano, o país

só dobrará a renda per capita em 140 anos.

Tem-se claro que o desenvolvimento com transformações econômica, social, política e conseqüente crescimento do padrão de vida da população não ocorreu no nosso país. Este ficou restrito em determinadas regiões e para certos grupos da população, confirmando o que afirmava Celso Furtado a respeito da cópia do estilo de vida criado pelo capitalismo industrial que sempre será privilégio de uma minoria.

A crítica conservadora para com os partidários e defensores da justiça social, segundo a qual os países devem preocupar-se com o crescimento e o desenvolvimento, ou seja com a criação de riquezas e não com sua distribuição, pois essa repartição, no final das contas, representa "distribuir a miséria", não é verdadeira. A muito tempo Richard Tawney liquidou essa espécie de argumento ao dizer que não se busca a iguuldade dividindo em fragmentos as grandes rendas, mas assegurando que uma proporção crescente da riqueza que elas presentemente absorvem seja dedicada a propósitos de benefício coletivo.

Pelo exposto, é nosso dever buscar nosso e novos caminhos. Finalizo, fazendo minhas as palavras de Conceição Tavares (1999): ***"Pela primeira vez na história do capitalismo brasileiro, o país se encontra num impasse, sem trajetória de crescimento de longo prazo previsível, nem "para fora" nem "para dentro", compatíveis com o tamanho do "encilhamento" financeiro em que nos meteu a nossa tecnocracia governante - uma elite cosmopolita "apequenada" movida por seus mesquinhos interesses e vaidades e contaminada por uma arrogância e irresponsabilidade política sem precedentes na história do país"*** •

* Samuel Costa Filho é professor de Economia /UFPI, Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP.

PRODUTIVIDADE DO TRAB

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA *

As primeiras contribuições mencionadas pela literatura sobre a formulação de estimativa e análise da produtividade remontam ao final do século dezenove⁽¹⁾. Esses estudos consistiam em tentativas ocasionais e não sistemáticas de estimar a produtividade segundo a relação produto por hora de trabalho. A preocupação central desses trabalhos pioneiros relacionava-se às causas e efeitos da queda na atividade industrial. Menciona-se já nessa época as repercussões da tecnologia sobre o desemprego temporário da força de trabalho. Por outro, dá-se um destaque, também, aos efeitos permanentes e aos benefícios proporcionados pelas máquinas incorporadas à atividade industrial⁽²⁾. Posteriormente, por volta dos anos 20, foram realizadas várias estimativas da produtividade do trabalho para as indústrias americanas.

Na década de 30, sob a influência da Grande Depressão, observa-se a intensificação na produção de estimativas e análises da produtividade. Diversos estudos foram empreendidos para diferentes ramos industriais americanos e, também, embora ocasionalmente, para o conjunto de sua economia. Nessa fase, já se observa a consolidação do conceito de produtividade do trabalho, segundo a abordagem da produtividade parcial.

A partir da primeira conferência sobre produtividade, realizada no ano de 1946, em Washington, começa então a surgir um esforço de sistematização que passa a tomar forma de uma teoria da produtividade. A preocupação central emanada da citada conferência voltava-se para os aspectos da relevância da produtividade para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Enfatizava-se, então, que o crescimento da produtividade constituía a forma pela qual os países poderiam emergir dos níveis de pobreza vigentes para uma posição rela-

tivamente mais confortável sob o ponto de vista material. Através da melhoria da produtividade poder-se-ia manter ao longo do tempo o contínuo crescimento do produto per capita, mesmo que a incorporação de quantidades adicionais dos fatores de produção às atividades produtivas ocorresse num ritmo mais lento que o crescimento da produção.

Desde então, outros aspectos relacionados ao estudo da produtividade têm sido objeto da atenção das diferentes economias em todo o mundo. Merece destaque dentre eles: a redução da taxa média de crescimento da produtividade a partir da metade dos anos 60, associado à aceleração da inflação e a uma diminuição no ritmo de crescimento dos salários e da renda per capita, além da constatação de que ocorria perda de competitividade internacional dos produtos de alguns países desenvolvidos, notadamente dos Estados Unidos.

O longo período de desenvolvimento econômico, tendo iniciado após a Segunda Guerra Mundial e perdurado até meados da década de 70, estimulou decisivamente o interesse nos conceitos, medição e análise da produtividade. Em relação a este último aspecto, o objeto dos estudos não se limitava apenas aos fatores causais e quanto aos seus determinantes, mas abrangia também as interpretações de suas flutuações, tanto cíclicas quanto seculares, custos e preços nas economias desenvolvidas.

Sobre o conceito de produtividade total dos fatores (PTF), a primeira tentativa empírica de sua medição é atribuída a Jan Tinberg, tendo ocorrido em 1942, num artigo em que foram feitas estimativas para quatro países relativamente a um período de quarenta e quatro anos.

ALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Esse trabalho, contudo, teve pouca repercussão³. Posteriormente, em 1951, na conferência *Income and Wealth*, realizada em 1958, Kendrick apresentou uma formalização mais elaborada da PTF que foi utilizada por ele, logo depois, nas estimativas das tendências das produtividades parciais e totais para o setor privado da economia americana.

A utilização explícita da estrutura de uma função de produção na obtenção de estimativas da PTF foi implementada por Robert Solow num famoso artigo publicado em 1957 (Solow, 1957). Usando uma função de produção Cobb-Douglas⁽⁴⁾, Solow contribuiu definitivamente para o "estabelecimento da PTF como um conceito operacional". Neste artigo o autor constata a ocorrência de significativo resíduo medido pelas diferenças entre as taxas de crescimento do produto real e as taxas ponderadas de crescimento dos fatores de produção capital e trabalho, ambos mensurados de acordo com padrões conveniados.

O resíduo identificado nas estimativas feitas por Solow constituiu, a partir de então, uma fonte vigorosa de pesquisa tendo como fulcro a tentativa de identificar os fatores que explicariam as alterações na PTF. Esses fatores, por sua vez, ao explicarem as mudanças na PTF possibilitariam uma redução do resíduo e contribuiriam para um maior conhecimento sobre as fontes do crescimento econômico.

A partir das diversas contribuições originais, a medição e análise da produtividade têm evoluído com o crescimento da disponibilidade de informações proporcionado pelo aprimoramento dos sistemas de contas nacionais, bem como em decorrência do desenvolvimento das técnicas econométricas de estimação. Por outro lado, devido a sua importância na explicação da eficiência dos sis-

temas produtivos, seu uso tem sido direcionado para a comparação tanto do desempenho econômico quanto para o estudo da evolução das mais diferentes economias, tendo em vista suas evidentes implicações sobre o bem-estar econômico geral.

Uma das preocupações características do estudo da produtividade refere-se à verificação da posição ocupada por um sistema produtivo relativamente a outros, em dado momento do tempo, e, também, à investigação das causas determinantes de tal desempenho. Recentemente, tem-se utilizado a produtividade cada vez com maior interesse para analisar no decorrer do tempo o desempenho de conjuntos constituídos de vários sistemas produtivos, a fim de se determinarem suas trajetórias evolutivas. Com isso, busca-se investigar as condições e os fatores determinantes da ampliação ou redução das disparidades nos padrões de vida entre países, bem como as velocidades com que esses fatos ocorrem. De modo geral, procura-se avaliar o desempenho de cada país em termos de sua produtividade relativamente aos desempenhos observados para os países situados na fronteira tecnológica. Trata-se de estudos relacionados à hipótese da convergência.

Por fim, devemos destacar a concordância dos pesquisadores em relação aos fatores que influenciam a produtividade. A propósito, Simonsen⁽⁵⁾ faz uma síntese da importância histórica de vários elementos, mencionado, inicialmente, o já bastante antigo reconhecimento da relevância do crescimento da produtividade para o desenvolvimento econômico e ensina que até duas décadas atrás a discussão sobre os fatores determinantes da produtividade orientavam-se para quatro aspectos básicos: estoque de capital físico por trabalhador (relação capital-trabalho), conhecimento técnico, grau de adestra-

mento da mão-de-obra e economias de escala. Mais recentemente, um conjunto de outros fatores têm sido relacionados por sua contribuição na determinação da produtividade: funcionamento do sistema de preços; estabilidade da moeda; estabilidade das regras econômicas; nível da educação geral e moral da população; sistema tributário; funcionamento do mercado de capitais; capacidade de competição internacional e cultura da empresa. Assim, a compreensão exata da relevância desses aspectos permite-nos entender melhor a natureza dos processos de convergência dos produtos *per capita* entre países ●

(1) J.W.KENDRICK, *Understanding Productivity - An Introduction to the Dynamics of Productivity Change*, p.20, identifica como a primeira estimativa da produtividade aquela realizada pelo Bureau of Labor in the Interior Department, na metade dos anos de 1880, medida em termos do produto por hora.

(2) Sobre esse assunto, vejam-se melhores detalhes em J.W.KENDRICK, op. cit., p.20.

(3) Refiro-me ao artigo Jan Tinbergen, intitulado *Zur Theorie der langfristigen Wirtschaftsentwicklung*, *Weltwirtschaftliches Archiv*, Band 55, n. 1, p. 511-549, 1942, apud Jonh W. KENDRICK e Beatrice VACCARA, *New Developments in Productivity Measurement and Analysis*, p. 3.

(4) O conceito de função de produção como uma relação entre os fatores capital e trabalho e o produto resultante desta combinação foi desenvolvido por Paul Douglas e Charles Cobb no ano de 1920. Esta função de produção era representada por uma expressão simples e que tornou possível a estimação dos parâmetros que a caracterizavam. Trata-se da conhecida função Cobb-Douglas. Para mais detalhes, veja-se N.Gregory MANKIW, *Macroeconomia*, p. 36-38.

(5) Simonsen, M.H. A produtividade é o que importa, *Revista Exame*, São Paulo, abril 1997, p. 13-14, Ed. Especial

*Almir Bittencourt da Silva é professor de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN.

ASPECTOS RELEVANTES DA GUERRA DE KOSOVO

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA *

I - INTRODUÇÃO

Entre o final de março e o início de junho próximo passado, a Província de Kosovo, parte integrante da República da Iugoslávia, localizada na Europa Central, foi palco de um conflito armado envolvendo o Governo Federal de Belgrado, de um lado, e os países aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de outro lado.

O objetivo explícito do conflito armado era a preservação da etnia albanos-kosovar ameaçada de extermínio pelo Presidente da Iugoslávia, Slobodan Misolevic, em decorrência da presença minoritária dos sérvios na referida Província, e da impossibilidade política de manutenção da autonomia político-administrativa para a região, nos moldes do que ocorria na época do General Josiph Broz Tito, que governou a Federação por mais de 40 anos, depois do término da Segunda Guerra Mundial em 1945.

Kosovo é considerado o berço da sociedade Sérvia. Há mais de 300 anos, os sérvios foram expulsos da região pelo Império Otomano, que muçulmano, fixou os descendentes de Alá, vindos da Albânia, na localidade, com a finalidade de perenizar a estrutura política vigente.

A Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914 e concluída em 1918, teve como uma das consequências principais, a derrota militar do Império Otomano, por conseguinte, o fim do domínio dos muçulmanos na Iugoslávia, notadamente na região de Kosovo. Como país a Iugoslávia surge após a Primeira Grande Guerra, tendo em vista o desmoronamento dos Impérios Otomano e Austro-Húngaro.

Desta forma, os problemas atuais enfrentados pelos albanos-kosovares em Kosovo, decorrem da reestruturação da Comunidade de Nações ocorrida em 1918, com a assinatura do Tratado de Versalhes, e seus apêndices.

Não pode ser tratado como uma questão presente, marginalizando o passado, e desconhecendo os aspectos históricos, cujos fatores contribuíram para a incidência de conflitos anteriores, solucionados parcialmente mediante o emprego da força das armas, conquanto somente a diplomacia, as negociações diretas e bilaterais, é capaz de fornecer uma efetiva sustentação às decisões tomadas.

II - CENÁRIO DA GUERRA

Considerar Slobodan Milosevic um governante ditatorial e seguidor de uma política de extermínio contra as minorias populacionais na Iugoslávia, e a favor da supremacia dos Sérvios, é simplório, não condizendo com a realidade dos fatos.

Este é o pensamento da OTAN, notadamente dos Estados Unidos da América. Washington rapidamente esqueceu a guerra do Vietnã, Laos e Cambodge. Das atrocidades cometidas há 25 anos passados na antiga Indochina Francesa. Esqueceu as ações clandestinas da Agência Central de Inteligência (CIA) contra governos democraticamente eleitos, não capitalistas, vide o caso do Chile de Salvador Allende. Esqueceu do incentivo à guerra de guerrilha desencadeada especialmente na América Central envolvendo países pobres, como El Salvador, Honduras e Nicarágua. Esqueceu outrossim, que em nome da democracia, mas com procuração da Comunidade de Nações, mergulhou as nações embrionárias da África Negra em guerras ideológicas e étnicas, de consequências castróficas.

A OTAN e os Estados Unidos da América, através do rigor da aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, estão a transformar o Iraque em um país pobre, dizimando a população pela falta

de alimentos e remédios, bem como de equipamentos para o funcionamento de hospitais e laboratórios farmacêuticos. A Operação Militar Tempestade no Deserto, ocorrida em 1990, continua a vigorar nos dias atuais, na medida em que as operações punitivas não estão restritas às vitorias de delegações oficiais e estrangeiras sobre a política armamentista de Saddam, Hussein, e sim a embargos econômicos e comerciais, e a ação punitiva de âmbito militar contra o patrimônio iraquiano, sempre que Washington considere pertinente.

Portanto, falar de moralidade na ação da OTAN e dos Estados Unidos da América contra os Sérvios da Iugoslávia, no cenário da Província de Kosovo, é de uma relatividade assustadora.

A princípio, a ação militar foi desencadeada para evitar o extermínio dos albanos-kosovares de Kosovo, em razão da política genocida de Milosevic, voltada para a pureza étnica na região. A guerra foi realizada com essa finalidade.

Entretanto, há de se perguntar se o objetivo implícito do conflito foi realmente este, ou se existem princípios não divulgados, que na verdade, conduziram aos reais objetivos da guerra.

Milosevic buscava, antes do conflito, consolidar uma política externa independente de aproximação com a Rússia de Boris Yeltsin, com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), surgida no cenário internacional a partir de 1989, quando houve a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Buscava outrossim, a criação de um organismo político e econômico para se contrapor, na Europa, à OTAN e a Comunidade Econômica Européia. Levando em consideração que a posição geográfica da Iugoslávia, no centro da Europa, é vital para a integração

econômica do Continente, e para a expansão da CEE, como também para a integração do Leste Europeu, com a Europa Ocidental, seria essencial a remoção do obstáculo representado pelo Presidente Milosevic. Para tanto, a questão étnica de Kosovo surgiu como justificativa para a ação armada da OTAN e dos EUA.

Assim, a questão central que conduziu a OTAN e os Estados Unidos da América a bombardear a Iugoslávia por 79 dias seguidos com as armas mais sofisticadas da tecnologia bélica, precisa ser melhor analisada e estudada, descaracterizada de emotividade, de acordo com a racionalidade dos fatos.

III – FATORES OBJETIVOS

A Comunidade Econômica Européia – CEE foi criada pelo Tratado de Roma, em 1957. Inicialmente embrionária, cresceu no bojo da Guerra Fria, atingindo no final da década de oitenta do atual Século, nada menos de 15 nações, as mais ricas do Continente Europeu.

O objetivo político supremo da CEE é a criação de um Estado-Continente, sob a égide do capitalismo, do livre-mercado, de acordo com os princípios da integração econômica, da interdependência e complementaridade entre os estados-membros.

Desta forma, a superação de obstáculos de ordem política, econômica e comercial, é essencial para o êxito da CEE como comunidade continental. O surgimento de um contraponto no mesmo Continente, mesmo em escala inferior ao vigente, pode se constituir em ameaça ao objetivo traçado, do alcance do Estado Continental nos moldes do Tratado de Roma. A Iugoslávia, considerada a nação mais desenvolvida e politizada do mundo socialista da Europa, e considerada outrossim, a mais rebelde ao desejo de integração do Ocidente, representava e representa um obstáculo a ser superado, pois, repito, a sua localização geográfica, no centro da Europa, cria dificuldades para a união entre o Ocidente e o Leste Europeu.

Para a CEE é bem melhor que a Iugoslávia de Milosevic deixe de ser obstáculo. Portanto, a sua derrota militar. A sua

substituição como dirigente máximo da Federação, é desejada, a curto prazo. Na medida em que ele está a se apresentar como um elemento de desagregação e não de união.

Veja – a CIA oferece nos dias atuais, alguns milhões de dólares aos caçadores de recompensa, que vier a prender Milosevic e entregá-lo ao Tribunal Internacional de Haia, que julga crimes de guerra cometidos pelos sérvios em Kosovo.

Neste momento, como Presidente da Iugoslávia, Milosevic não pode deixar o território do País, pois existe um mandato de captura internacional contra ele. É um fato extraordinário no bojo da Europa, da Comunidade de Nações. Desconheço qualquer procedimento semelhante anteriormente estabelecidos contra governantes europeus e de qualquer outra nação, soberana e independente.

Fidel Castro, ditador de Cuba há 39 anos, pode livremente circular pela Comunidade de Nações, sem a ameaça de ser preso em território internacional. Recentemente, esteve na cidade do Rio de Janeiro, participando da Cimeira, juntamente com governantes da Comunidade Econômica Européia, América Latina e Caribe, de acordo com as leis do Direito Internacional. Entretanto, Milosevic, sequer pode visitar Kosovo, parte integrante da própria Iugoslávia, pois corre sério risco de ser preso e julgado como criminoso de guerra.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

É questionável que os interesses da OTAN e dos Estados Unidos da América na Questão de Kosovo seja essencialmente o problema humanitário.

Sendo verdadeira esta assertiva é de se questionar por quê Washington e Aliados Ocidentais nada fizeram no genocídio dos Hutus e Tutsis em Ruanda, na África. Mais de hum milhão de pessoas morreram neste país sem que a Comunidade de Nações intervisse militarmente para acabar com as mortes tribais

Em Angola, desde 1975 que é desenvolvida uma guerra civil de proporções assustadoras, envolvendo dois grupos rivais remanescentes do colonialismo português – Movimento Popular para a Libertação de

“Assim, a questão central que conduziu a OTAN e os Estados Unidos da América a bombardear a Iugoslávia por 79 dias seguidos com as armas mais sofisticadas da tecnologia bélica, precisa ser melhor analisada e estudada, descaracterizada de emotividade, de acordo com a racionalidade dos fatos”.

Angola e a União Nacional para a Independência total de Angola -, sem que a Comunidade de Nações também intervenha militarmente por motivos humanitários. Com certeza, mais de hum milhão de angolanos já perderam a vida neste conflito, além dos mutilados, aos milhões, em razão da colocação de minas terrestres.

Timor Leste, colônia portuguesa localizada no Sul da Ásia, próximo da Oceania, vive, desde 1976, ocupada militarmente pela Indonésia, aliada dos Estados Unidos da América. Nestes últimos 23 anos, mais de hum milhão de timorenses morreram em face da repressão dos indonésios mulçumanos. Entretanto, Washington e Aliados nada fizeram para sanar este massacre, na medida em que Jacarta, como nação-aliada, têm posição estratégica importante. Por conseguinte, os interesses humanitários são postergados, em virtude dos interesses políticos e estratégicos. A alteração recente ocorrida, diz respeito ao plebiscito realizado pela ONU, e vitorioso, voltado para a independência do território.

BRASIL/ARGENTINA

para evitar os massacres. No presente momento, desafiando a Europa, Washington e a Comunidade de Nações, Ancara condenou o líder curdo Abdullah Ocalan à pena de morte. Fatalmente será enforcado pois a repercussão internacional do seu julgamento militar viciado, foi insignificante. Nenhum líder internacional condenou o governo da Turquia por dizimar a população curda e de condenar à pena de morte o líder Ocalan.

São tantos os exemplos que pode-se enumerar demonstrando a falta de amoralidade da Comunidade de Nações com relação à questão humanitária, que fica difícil acreditar nas intenções da OTAN e dos Estados Unidos da América com relação a Kosovo e a minoria populacional albanos-kosovar.

Não seriam outros os interesses da Europa Ocidental (CEE), OTAN e Estados Unidos da América em Kosovo? A questão passa pelo fracasso da Comunidade Econômica Européia, aliada dos EUA. A questão passa pelo fracasso da Comunidade de Estados Independentes (CEI), e pela recuperação econômica e política da Rússia, como sucessora da URSS. A questão passa pelo deslocamento político do Presidente Slobodan Misolevic em Belgrado, conquanto a Iugoslávia ocupa posição de destaque como nação estratégica em virtude de ficar localizada geograficamente no centro da Europa.

Em suma, é uma falácia afirmar que a OTAN, CEE e Estados Unidos da América, atacaram militarmente a Iugoslávia e ocuparam, também militarmente, a Província de Kosovo, em razão da questão humanitária, de proteção aos albanos-kosovares. Assim pensamos●

**FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA* é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Relações Internacionais, formado em Políticas e Estratégias pela ESG/RJ e Doutorando em Integração Econômica pela Universidade de León (Espanha).

*FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA**

1 - ANTECEDENTES

As atuais relações brasileiro-argentina têm na Questão de Fronteira definida pelo Laudo Arbitral proferido a 05 de fevereiro de 1895 pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, a sua origem.

Brasil e Argentina decidiram recorrer ao arbitramento internacional para solucionar a pendência territorial envolvendo a área de Palmas e Missões, em razão do fracasso das negociações diretas, bilaterais, e para evitar que os desentendimentos pudessem conduzir a um confronto armado.

Depois de definida pelo Laudo Arbitral, a fronteira comum foi totalmente demarcada entre 1901 e 1904, encerrando a pendência que gerava desentendimentos constranges entre os dois países.

A extensão da fronteira comum é de 1.263 quilômetros, sendo apenas 24,5 quilômetros de fronteira seca no divisor de águas dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

A vitória diplomática brasileira na questão arbitral decorreu da habilidade e competência do Barão do Rio Branco - José Maria da Silva Paranhos -, que mesmo sendo um monarquista convicto, jamais deixou de ajudar com seus conhecimentos, o Brasil - República, conquanto nas primeiras décadas do novo regime, havia carência de diplomatas com experiência internacional, capazes de defenderem os interesses nacionais em tribunais internacionais.

Pode-se afirmar que Rio Branco conseguiu reverter uma situação adversa na Questão de Palmas e Missões, na medida em que os documentos históricos apontavam para o direito da Argentina sobre esta área.

Com a perda territorial, as relações entre os dois países permaneceram equidistantes.

Durante todo o período da chamada República Velha - fim do Império e advento da Revolução de 1930 -, nada de significativo ocorreu nas relações bilaterais, pois tanto Brasil, como Argentina, direcionaram as relações internacionais para o estreitamento de laços com os Estados Unidos da América e Europa.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), transformou-se em um novo cenário de desenvolvimento das relações bilaterais, não no contexto da aproximação, e sim de confronto. Desde o início do conflito mundial que a Argentina delineou sua política externa no sentido de auferir os melhores proveitos do estado de beligerância, conquanto mantinha relações regulares com a Alemanha Nazista, Itália Facista, Estados Unidos da América e Europa parcialmente ocupada e destrocada. Tanto é verdade que somente em abril de 1945, quando a guerra estava liquidada na Europa, foi que a Argentina declarou guerra ao nazismo e facismo, sem, entretanto, enviar nenhum soldado para o front de combate. O Brasil, depois de um período de indefinição, optou pelos Aliados, constituindo força militar - Força Expedicionária Brasileira - que combateu nos campos italianos, tendo enviados outrossim, aviões e navios.

Economicamente, a Argentina saiu fortalecida da Segunda Guerra Mundial, se transformando no país mais desenvolvido e industrializado da América Latina, superando o Brasil. Continuava com a política externa voltada para os Estados Unidos da América e Europa, em detrimento das relações bilaterais com o vizinho.

2 - INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

NA: RELAÇÕES DELICADAS

Somente em 1950, com o agravamento da crise econômica nos dois países, decorrente da ausência de um Plano Marshall para a América Latina, foi que os governantes de então, Getúlio Vargas (Brasil) e Juan Domingos Perón (Argentina), decidiram delinear uma política de integração econômica, voltada para a criação da zona de livre-comércio mais conhecida como ABC (Argentina, Brasil e Chile).

Pela primeira vez, desde o início do século, brasileiros e argentinos, retomaram os entendimentos bilaterais, deixando de privilegiar os laços com os Estados Unidos da América e Europa. Entretanto, não esperavam tanta resistência interna de políticos de ambos os lados. Getúlio Vargas não contava com o apoio político da UDN e com a indiferença do PSD. O seu respaldo político estava centrado no PTB, partido político fundado por ele no epílogo da Segunda Guerra Mundial. Os políticos brasileiros desconfiavam dos propósitos de Juan Domingos Perón. Acreditavam que o desejo do peronismo era dominar a América Latina, a partir do envolvimento do Brasil numa política de integração. Enfatizavam que Perón dominava o Chile do General Yanes, por conseguinte, desequilibrando o equilíbrio salutar na política proposta do ABC.

Os políticos argentinos também desconfiavam dos reais propósitos do governo brasileiro. O epílogo do ABC ocorreu com o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a deposição de Perón em 1955. A Argentina entrou em uma fase de governos militares, e o Brasil na turbulência política que conduziu à Revolução de 1964, com a chegada dos militares ao poder.

O fato de Brasil e Argentina terem sido governadas por militares nas décadas de 60, 70 e

meados de 80 do atual século XX, não contribuiu para uma aproximação política e econômica entre os dois países. Pelo contrário, houve mais afastamento e desconfianças.

A criação da ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio em 1960, pelo tratado de Montevidéu, e a tentativa, em 1980, de renovação desta com o surgimento da ALADI - Associação Latino-Americana de Integração, não contribuiu efetivamente para a aproximação entre os dois países. Era a fase da busca da nação sub-imperialista na América Latina no bojo da Guerra Fria. Fato que distanciava os dois países e inviabilizava qualquer tentativa de integração econômica e comercial.

O Programa Nuclear brasileiro e a construção da Hidroelétrica de Itaipú, afastou ainda mais os dois países na década de 1970, conquanto para a Argentina, as autoridades militares brasileiras estavam montando uma estrutura estratégica, desequilibrando a balança de poder bilateral. Itaipú, com uma parede de 118 metros de altura, poderia comprometer a segurança inclusive de Buenos Aires, pois com a incidência de conflito, as comportas abertas, inevitavelmente a capital da Argentina seria inundada.

A questão da Hidroelétrica de Itaipú quase levou a um enfrentamento armado entre os dois países nos governos dos Generais Emílio Garrastazu Médici, no Brasil, e Alejandro Lanusse, na Argentina. Tropas, de ambos os lados, foram direcionadas para a fronteira comum. O bom-senso prevaleceu, Itaipú foi construída, e a Argentina autorizada a construir duas hidroelétricas abaixo de Itaipú, no Rio Paraná, em parceria com o Paraguai - Yaceretá

e Corpus.

O conflito das Falklands/Malvinas em abril/junho de 1982 também contribuiu para o afastamento político entre brasileiros e argentinos. Formalmente, o Brasil apoiou a reivindicação da Argentina quando à soberania no Arquipélago. Mas, permitiu que aviões e tropas inglesas utilizassem bases brasileiras, em solo brasileiro, para atacar posições argentinas nas Malvinas. As bases de Canoas e Santa Cruz, no sul do país, foram usadas secretamente pelos ingleses, na medida em que Brasília não concordava com o emprego da força militar pelos argentinos para recuperar a soberania nas ilhas. O precedente poderia ser perigoso, e isto assustava as autoridades brasileiras. Uma vez vitoriosos, os militares argentinos poderiam se sentir estimulados a denunciar os tratados de fronteira e utilizar a força militar para atingir os objetivos pretendidos. A derrota militar para os ingleses, mesmo sendo humilhante do ponto de vista estratégico para a América Latina, afastou a possibilidade de uma corrida armamentista na região. Derrotados, os militares argentinos voltaram à caserna e entregaram o poder aos civis, em dezembro de 1982.

Desgastados também, em virtude de longos anos no poder, os militares brasileiros fizeram a transição para a democracia em 1985, à semelhança dos espanhóis depois da morte do generalíssimo Francisco Franco, em 1975, com a assinatura do Pacto de Moncloa.

Com o advento da democracia, Brasil e Argentina buscaram o entendimento, o fortalecimento do comércio bilateral e a criação de uma autêntica zona de livre-comércio.

3 - O MERCOSUL E A SITUAÇÃO ATUAL

Neste Século XX que está a terminar, nada foi mais importante para a América Latina e para as relações Brasil-Argentina, do que a criação do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, em 1992, através do Tratado de Assunção, Capital do Paraguai.

Partindo dos erros cometidos no ABC, ALALC e ALADI, Brasília e Buenos Aires, juntamente com o Uruguai e Paraguai, acordaram para a necessidade de recuperar o tempo perdido, com relação ao processo de integração econômica, na medida em que a Europa Ocidental já atinge a União Econômica e caminha a passos largos para a União Política. A integração econômica, nas relações econômicas internacionais, constitui o caminho mais importante para o Cenário do Século XX, com relação ao Comércio Internacional. É o reconhecimento dos países do fracasso da auto-suficiência e do fortalecimento da interdependência. Sozinhos, os países não são capazes de superar as adversidades, os problemas estruturais. Portanto, o Brasil precisa da Argentina, e vice-versa. As potencialidades regionais são formidáveis, sendo inadmissível que em razão de nacionalismos exacerbados e de políticas ultrapassadas, Brasília e Buenos Aires ainda pensem no confronto em vez do entendimento, bem como da otimização do mercado regional.

O MERCOSUL, assim como o PACTO ANDINO, o NAFTA e a ALCA, são caminhos válidos na busca da criação do Mercado Comum das Américas. Para a América Latina, a integração deve começar de forma sub-regional. Para os Estados Unidos da América, a integração deve ser global. O Brasil não concorda com a integração imediata de países com grandes diferenças econômicas e comerciais, levando em consideração que a integração subtende complementariedade e não absorção de terceiros mer-

cados.

Desta forma, o que existe de diferente entre o MERCOSUL, a América Latina e os Estados Unidos da América com relação à Integração Econômica, não é a essência do objeto, e sim os meios a serem trilhados para o atingimento dos objetivos pretendidos.

Os atuais desentendimentos diplomáticos e comerciais entre Brasil e Argentina preocupam pelo fato de inexistir integração econômica na América Latina sem a presença destes dois países. Sozinho, o Brasil não conseguirá liderar o processo de integração no Cone Sul do continente americano. A recíproca é verdadeira para a Argentina. Em assim sendo, o MERCOSUL poderá ter o mesmo destino de fracasso dos modelos anteriores da América Latina, se Brasília e Buenos Aires não superar em suas divergências conjunturais com relação à aplicação das Políticas Comerciais.

O principal obstáculo existente no presente momento, não é meramente a questão comercial, com o estabelecimento de cotas e tarifas de ambas as partes. E sim, a eleição presidencial na Argentina, a ocorrer em outubro/99, e o encerramento do Período Carlos Menem, que governa o país há dez anos. O futuro governante da Argentina terá no comércio regional a sua prioridade de política externa? Pouco se conhece dos principais candidatos à presidência da República. Pouco se conhece da maneira como pretendem governar o país. De certa maneira, são provincianos, não têm a estatura política do atual Presidente, que conseguiu projeção continental e internacional.

Nestes derradeiros meses de governo, o Presidente Carlos Menem conseguiu complicar ainda mais as relações bilaterais com o Brasil, ao requerer à OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte -, o status de Nação - Associada para a Argentina. Se o pleito for atendido, haverá desequilíbrio de força militar na Amé-

"Neste Século XX que está a terminar, nada foi mais importante para a América Latina e para as relações Brasil - Argentina, do que a criação do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, em 1992..."

rica Latina, e a possibilidade do estabelecimento de contingentes militares estrangeiros na Argentina. Vale ressaltar que este pleito da Argentina está amparado no estreito relacionamento político-militar-estratégico que a envolve aos Estados Unidos da América. Buenos Aires participou da Operação Tempestade no Deserto contra o Iraque e da Guerra de Kosovo (Iugoslávia). Ameaça também internacionalizar a guerra civil da Colômbia, enviando efetivos militares para combater os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas - FARC -, que tentam chegar ao poder derrubando o Presidente Andrés Pastrana, que conta com o apoio de Washington, para derrotá-los, em razão dos laços dos guerrilheiros com o narcotráfico. Este precedente assusta também, Brasília, que de forma explícita, se manifestou contrário à internacionalização da guerra civil do país vizinho.

Em suma, Brasil e Argentina, estão em rota de colisão. Além das questões comerciais, os interesses militares e estratégicos da Argentina no OTAN e o possível envio de tropas regulares para a Colômbia, fragilizam ainda mais as relações bilaterais, no momento em que a Comunidade de Nações fortalece a Integração Econômica, a complementariedade das economias, e marginaliza as rivalidades regionais. Assim pensamos ●

UMA VISÃO KEYNESIANA DA ECONOMIA NACIONAL

STEFANO ALMEIDA LOPES*

A economia brasileira encontra-se hoje numa encruzilhada que já dura várias décadas. Hoje, mais do que nunca a atual equipe econômica e o Presidente da República encontram grandes desafios pela frente. A questão da inflação alta já foi resolvida, no entanto, existem várias outras coisas que necessitam serem feitas, e rápido, para que a economia nacional possa finalmente deslanchar.

O Plano Real que foi adotado pelo atual governo, passa por sérias dificuldades. A taxa de desemprego aberto, em março de 1999, atingiu 8,9% (IBGE), o déficit público continua subindo, não há uma política industrial a nível nacional e outros problemas.

Foi anunciado o novo Plano Plurianual do governo visando trazer soluções para os principais problemas do país. Segundo este plano, está previsto investimentos de mais de R\$ 1 trilhão até 2003. Com isso, já no próximo ano, o governo prevê crescimento de 4% na economia, taxa de juros em torno de 3,5%, aumento do nível de emprego e investimentos na educação e saúde.

O Plano do Governo é interessante, porém alguns aspectos têm que ser observados. Cerca de 66,00% do total do plano plurianual seria destinado à área social, segundo pronunciamento do Presidente na televisão. O porém é que, o montante que o governo espera investir virá da arrecadação tributária gerada pelo aumento nos impostos.

Um aumento nos impostos, entretanto, reduz a renda disponível dos consumidores. Uma vez com a renda disponível diminuída, os consumidores comprariam menos e se sentiriam mais "pobres". Comprando em menor quantidade, haveria, em nível agregado, estoque de capitais.

Estoque de capitais é ruim para a economia, pois significa que os empresários teriam que reduzir a produção. Redução de produção é igual a desemprego, que é o que o governo quer evitar.

Uma alta nos tributos, também é ruim para os empresários, pois teriam suas rendas diminuídas. Um aumento de impostos leva a uma diminuição do consumo em nível agregado, o que não é bom para a economia.

O cenário que o Presidente mostrou, é otimista: no próximo ano a economia cresce 4%, o desemprego será menor, taxas de juros em torno de 13,5% e por aí vai. Porém essas medidas carecem da aprovação e do apoio do Congresso. Segundo alguns especialistas da área econômica, de nada adiantaria essas medidas se não fosse realizada a tão falada reforma tributária. A racionalização e controle dos gastos do governo é essencial, assim como medidas que incentivem a expansão da indústria nacional.

Penso que se o governo quiser se confiar somente neste plano plurianual como saída para o problema brasileiro, ele será ineficaz. Outras medidas devem ser tomadas em conjunto. E defendo não um aumento nos tributos, mas pelo contrário, uma redução. O que deve aumentar é o controle sobre as despesas governamentais e o direcionamento dos recursos da união. Os impostos no Brasil já são muitos e altos, e se o aumento e quantidades de impostos fossem solução o problema do país já estaria sanado. Por isso acredito que deva-se tentar outros métodos para solucionar o problema.

O investimento é o ponto chave de qualquer economia. Onde existe investimento há produção e empregos. E

quando não há investimentos, a atividade econômica tende a ficar estagnada.

"Quando se deseja antever o curso do PIB num ano de grandes perturbações macroeconômicas como 1999, é imprescindível focalizar a análise no setor industrial." Revista Conjuntura Econômica, julho de 1999.

A afirmação acima mostra a importância do setor industrial. Ele é muito importante porque é o responsável pela maior parte do PIB nacional e dá o sinal de como será o futuro da economia, pois movimentamos altos volumes de investimentos, comparado com os demais setores da economia. Por isso, qualquer oscilação neste setor, faz oscilar também a economia.

Para haver investimento por parte dos empresários é necessário existir confiança na economia. Segundo Keynes o incentivo para investir depende, em parte, da curva de demanda por investimento e, em parte da taxa de juros.

Para realizar um novo investimento, o empresário irá calcular a eficiência marginal do capital, que é a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo das anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta. De acordo com Keynes, o empresário irá investir até o ponto em que a eficiência marginal do capital se iguale com a taxa de juros de mercado.

A taxa de juros de mercado hoje é alta. Em maio deste ano, o over-selic era de 23,5% (Conjuntura Econômica). Quanto maior a taxa de juros menor será a eficiência marginal do capital e conseqüentemente, menor serão os investimentos por parte dos empresários.

Se o problema é então a taxa de juros, porque não baixá-la? Porque as coisas não são tão simples. O governo brasileiro depende muito do capital externo, desta forma se houver uma redução na taxa de juros, o capital externo que se encontra nas bolsas de valores pode se retirar, o que é também prejudicial para a economia.

Isto leva a um outro ponto enfocado por Keynes: a incerteza. As expectativas a longo prazo dependem do estado de confiança em relação à economia. Se os empresários acreditam na política econômica e se mostram otimistas com relação ao futuro haverá investimentos.

O problema é que o Brasil até agora ainda encontra-se perdido, sem um rumo, sem uma política de crescimento séria. O que se vê são "remendos" na política econômica. Os ajustes realmente necessários para serem feitos e que poderiam oferecer um rumo melhor à economia são sempre adiados.

No momento em que existir confiança na economia, o governo poderá baixar a taxa de juros, pois os juros altos é um preço pelo risco de se colocar capital no Brasil. No momento que o risco diminui, a taxa de juros tende a baixar. O problema é realizar as medidas para trazer esta confiança, porque elas dependem dos políticos, e não entendo porque motivo, eles relutam em fazer os necessários ajustes.

Outra questão fundamental no país é o Custo Brasil. Muitos empresários reclamam que as vantagens comparativas que possuem em relação a outros países são perdidas no momento em que o produto sai da fábrica para o ponto de exportação. Isso prejudica também investimentos, pois se as condições para exportações melhorassem, ocorreria um aumento da demanda e consequentemente da produção e emprego.

Os empregadores reclamam também dos altos encargos trabalhistas, que para cada empregado na indústria, ocorre

"O investimento é o ponto chave de qualquer economia. Onde existe investimento há produção e empregos. E quando não há investimentos, a atividade econômica tende a ficar estagnada".

uma variação em torno de 70%. Isso leva a um desestímulo de contratação por parte das empresas.

O problema do Brasil é estrutural. Faltam educação, saúde, investimentos, empregos, etc. Não é da noite para o dia que se resolvem esses impasses. O Plano plurianual do governo é uma estratégia interessante, mas não acredito que por si só funcione.

O Governo deve adotar políticas de estímulo ao consumo, como baixar a taxa de juros para o consumidor final. Deve realizar o quanto antes o ajuste fiscal visando uma redução na carga tributária e um controle eficaz na utilização e direcionamento de suas contas.

As crises financeiras mundiais não afetaram o Brasil nas mesmas proporções que a Rússia, o México e outros países, o que leva a crer que o país é forte e tem condições de progredir.

A incerteza na economia é grande, mas o mercado consumidor potencial do país é enorme e acredito que com medidas visando a volta da confiança no país os investimentos, tanto interno quanto externo, deverão contribuir para o crescimento do país ●

* *Stefano Almeida Lopes* é aluno do Curso de Ciências Econômicas / UFPI

CONHECIMENTO

TIAGO CARDOSO ROSA*

Qualquer que seja o tipo de empresa, ela possui um conhecimento organizacional, "que é a capacidade de executar coletivamente tarefas que as pessoas não conseguem fazer atuando de forma isolada, tarefas essas projetadas para criar valor para as partes interessadas na organização". Como exemplo, pode-se afirmar:

a) fabricamos carros com segurança, qualidade e um preço competitivo;

b) a empresa tem um bom método de seleção e alocação de pessoas certas para os cargos chaves respeitando suas competências essenciais, etc.

A identificação do conhecimento organizacional é que ele deve ser explícito e tácito. Com exemplo do explícito, tem-se os desenhos técnicos, manuais de procedimentos e memórias de computadores - informações. Já o conhecimento tácito está ligado mais a aspectos 'soft' da pessoa: discerner, instinto e compreensão numa dimensão mais profunda. A base da utilidade mais eficiente do conhecimento explícito é o tácito, portanto eles se comportam como complementares, resultando um trabalho de mais qualidade na execução das tarefas.

O ambiente externo da empresa está sempre em processo de mudança o que levará as empresas a mudarem o seu ambiente organizacional, desenvolvendo novas formas de aprender a executar novas tarefas com mais rapidez e eficiência. Para tanto, a empresa deve, constantemente, construir um novo conhecimento e compartilhá-lo com todos os membros da organização.

Observa-se que o aprendizado é algo comum nas empresas. "Entretanto, raramente é planejado e administrado para que ocorra de maneira rápida, sistemática e alinhada aos objetivos estratégicos da empresa" como

E APRENDIZADO ORGANIZACIONAL

explica Galvin e outros (1998, p.58). O aprendizado para promover resultados positivos na organização, é necessário que o mesmo seja compartilhado e ainda mais planejado e gerenciado, transformando as informações do mercado em um processo de criação de valor para o cliente. Somente assim, a empresa consegue aprender de forma sistemática, vinculando este aprendizado com os objetivos e estratégias da organização.

O modelo de organização orientada para o aprendizado deve envolver na opinião de Galvin e outros "o coração e a mente dos funcionários em uma mudança contínua, harmoniosa e produtiva, projetada para atingir os resultados desejados pela organização". Continua explicando o autor, "no processo de construção de uma organização que aprende, se tratada com atenção que merece, pode liberar a mesma força criativa que existe na motivação, na curiosidade e no amor ao aprendizado intrínseco às pessoas e concentrar inteligência e energia dos funcionários nas estratégias empresariais.

Uma empresa que desenvolve um programa que intensifica um relacionamento respeitoso e com reforço positivo, alcançará aprendizado na organização, sistemático e alinhado com todos que compõem o cenário da empresa, levando a atingir objetivos e metas com mais segurança, dado o envolvimento humano se dar de forma compartilhada.

Nessa organização, como explica Galvin e outros (1998, p.58):

1. O aprendizado não é meramente reativo mas sim intencional, eficaz e conectado ao objetivo e à estratégia da organização;

2. O aprendizado é oportuno, prevendo os desafios, as ameaças e as oportunidades, e não simplesmente reagindo às crises;

3. O aprendizado cria flexibilidade e agilidade para que a orga-

nização possa lidar com a incerteza;

4. Mais importante ainda, as pessoas se consideram capazes de gerar continuamente novas formas de criar os resultados que mais desejam;

5. Por isso, as mudanças que caminham lado a lado com o aprendizado criam raízes, em vez de serem transitórias.

Para conseguir essas qualidades que estejam na direção do pró-aprendizado, as organizações orientadas para o aprendizado têm que vivenciarem algumas práticas diferentes, para que sirvam de alicerce na construção desse tipo de organização, como explica Galvin (1998):

a) Elas têm uma visão de futuro dentro da holística muito bem definida, o que permite construir um diagnóstico das necessidades e projetar novas ações de modo que o aprendizado seja eficaz e a mudança se comporte como um processo contínuo;

b) os conhecimentos gerados devem ser compartilhados por todo o pessoal, por que só assim, acredita-se, que a organização motivará o processo de criatividade e inovação, resultando uma empresa mais flexível e ágil na determinação dos objetivos e metas alinhados com a missão. Esta conduta empresarial desenvolve no ativo humano um envolvimento com respeito, alimentando a auto-estima, o que levará as pessoas a construir um ambiente organizacional favorável ao desenvolvimento do aprendizado na empresa. Somente com a cultura da confiança, as pessoas estão mais entusiasmadas a serem mais criativas a possibilitar inovações no local de trabalho; A conduta de programas para o aperfeiçoamento e diversificar, em processo contínuo, as capacidades essenciais dos funcionários é uma política inserida na

missão da empresa, que tem como objetivo ser o combustível gerador de mudanças constantes. O trabalho em equipe é determinante na execução das tarefas que precisam ser realizadas no momento.

Na opinião de Galvin (1998), existem três tipos básicos de aprendizado organizacional:

1. Aprender como melhorar o conhecimento organizacional existente. Nesta categoria estão as empresas que precisam melhorar seus processos de criação de novos produtos. Como exemplo, pode-se incluir o setor de informática que a todo instante está lançando novos produtos, na perspectiva das necessidades de seus usuários;

2. Aprender a criar o novo conhecimento organizacional - também conhecido como inovação. As empresas que se encaixam nesta relação estão as 'software', as quais precisam inovar e elaborar um processo de criação de novos produtos, só que elas não partem de um conhecimento preestabelecido, como a 1ª categoria, esse tem que ser criado. Também fazem parte dessa 2ª categoria, os setores de saúde e multimídia, que precisam de inovação para criar novas visões e novos paradigmas para que se possam sustentar em um processo de vanguarda;

3. Disseminar ou transferir o conhecimento para as várias áreas da organização. Nesta categoria está a necessidade da organização em compartilhar o aprendizado com todos os funcionários e incentivando-os a aprender executar suas tarefas de maneira consciente.

Schuck (1997, p.238) comenta a tarefa, que o Departamento de Aviação de Tecnologia-DAT, recebeu do Congresso dos Estados Unidos,

para investigar os efeitos de tecnologias baseadas em computador sobre o setor industrial. O resultado desse trabalho mostrou o descompasso entre a qualificação profissional obtida nas instituições de ensino e das universidades dessa nova forma de trabalho que exigem uma qualificação mais orientada para esses avanços tecnológicos. Parte desse relatório do DAT explica a autora:

Indivíduos e empregados estão exigindo mais dos programas de ensino, treinamento e retreinamento... Existe uma incerteza básica quanto à forma com que os atuais programas de ensino deveriam ser revisados ou ampliados de modo a refletir o uso aumentado de tecnologias avançadas como também os novos requisitos de qualificação, decorrentes da natureza contínua da mudança tecnológica.

Esta realidade mostra o quanto estas instituições de ensino têm, especialmente aquelas que se preocupam com a formação profissional, que modificar, não só quanto a sua atualização com relação as necessidades da força de trabalho e, sim, na forma como este ensino é ministrado. O ensino que deve ser trabalhado - sendo cursos regulares ou de treinamento, é o compartilhado, onde todos, através do diálogo, abrindo espaço para permitir o aluno ou o treinado a se envolver na 'discussão', só assim se realiza um aprendizado de forma real.

O ambiente de trabalho informatizado pode ser um espaço muito interessante para o desenvolvimento de um processo de aprendizado. Zudoff citado por Schuck (1997, p.239) "explica que, pelo fato de a tecnologia da informação gerar mais quantidade e mais variedades de informações, ela pode criar um ambiente propício ao pensamento e a resolução de problema". Esclarece ainda Zudoff sobre a questão: "o principal papel do funcionário dentro de um ambiente informatizado, não se restringe apenas a apertar botões para controlar o processo, mas também ao uso das informações geradas pela tecnologia para

'tocar o negócio' - redefinir variáveis do processo, melhorar a qualidade e reduzir custos".-

As pessoas, quando lhes são permitida o aprimoramento de suas habilidades intelectuais, interpretam de forma rentável as informações geradas no processo de produção ou na prestação de serviço. Esta característica intrínseca às pessoas pela curiosidade em aprender, Deming citado por Senge (1997) "explica que quando as pessoas nascem já trazem consigo a motivação intrínseca compreendidas como auto-estima, dignidade, curiosidade e prazer em aprender. O sistema tradicional de gestão, ainda predominante, tem sistematicamente destruído as pessoas".

Com relação a tecnologia da informação, Senge (1998, p.82) comenta que "a pessoa consegue realmente aprender algo mais com uma informação nova quando já sabe muito a respeito de um assunto". Isto mostra a importância da competência essencial que a pessoa deve ter dentro da organização para tirar vantagem dos dados gerados pela tecnologia da informação.

Schuck (1997) comenta que realizou pesquisa em ambiente de trabalho com processo de produção automatizado e verificou que as experiências e percepções dos funcionários oferecem 'insights' para o progresso do aprendizado, habilidade intelectual e sugere formas pelas quais tal aprendizado pode ser otimizado.

Observa-se, de forma, que o aprendizado acontece em qualquer tipo de organização ou ambiente de trabalho que seja ele parcialmente ou totalmente informatizado. O que é preciso para a construção do saber é uma modificação na forma como um está sendo trabalhado a questão ensino-aprendizado.

Uma nova pedagogia deve ser proposta na reformulação das práticas de 'aprendizado' nas instituições responsáveis pela formação do perfil da nova força de trabalho que a nova economia está exigindo. O aprendizado se dá de forma real quando é uma atividade

transformadora de mentalidade ou de comportamento.

Para a construção dessa realidade, é necessário o comprometimento de educador e educando, como argumenta Schuck (1997, p.20), na qual o foco está em fazer perguntas e participar de um diálogo no qual os papéis do professor/aluno não sejam predestinados, mas fluidos e dependentes da perícia e 'insight' do indivíduo em dada situação... ●

Bibliografia

GARVIN et al, JSM n°9, 1998, p.58-64

* Tiago Cardoso Rosa é professor de economia/UFPI, Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

i INFORME

O custo da Cesta Básica, definida pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, calculado e divulgado pela Fundação CEPRO, para o mês de setembro do corrente ano foi de R\$ 80,55 (oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) registrando uma queda em relação ao mês anterior de 2,76.

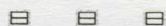
A queda verificada no preço do tomate, na ordem de 24,22%, e a não alteração dos preços do pão e leite foram determinantes para a redução do custo final da Cesta Básica. Houve, ainda, uma leve redução dos preços do arroz, frutas (banana), carne bovina, farinha de mandioca, feijão e óleo vegetal (Ver tabela pág. 16).

Fonte: Fundação CEPRO

NOTÍCIAS

O professor do Departamento de Ciências Econômicas / UFPI, Luiz Carlos Rodrigues Cruz (Puscas), Especialista em Economia Rural pela Universidade de Campina Grande (PB), assessorou o VI MUTIRÃO NORDESTE, no período de 14 a 17 de setembro do corrente ano, na cidade de Cícero Dantas, Bahia. Com uma duração de 32 horas, o tema desenvolvido pelo citado professor foi: **Conjuntura Nacional: A Opção Brasileira**, com destaque para a questão Nordeste.

O MUTIRÃO reúne 19 Organizações Não-Governamentais (ONGs) da Região Nordeste que estejam desenvolvendo propostas de convivência do homem com o semi-árido nordestino. Particularmente, ONGs que se dediquem a estudos e transferência de conhecimentos na área de recursos hídricos.



A Escola de Formação Nordeste da CUT, com sede em Recife (PE), está promovendo o **Curso de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Sustentável e Solidário**, para lideranças sindicais dos Estados do Nordeste. O 1º Módulo, com carga horária de 40 horas, foi ministrado pelos professores Luis Carlos Rodrigues Cruz (Puscas), DECON / UFPI e Cleide Bernal, da UFC, no período de 28 a 30 de setembro, em Fortaleza (CE). O temário, abordado pelo prof. Puscas, foi o seguinte: Conceitos Básicos de Economia, Evolução Histórica da Economia Capitalista e Dinâmica Recente do Capitalismo. Coube, à profª Cleide, desenvolver os temas: Formação Econômica do Nordeste e Dinâmica Recente da Economia Nordestina.

Os Módulos seguintes do Curso contam ainda com a participação de outros professores, entre os quais: Tânia Bacelar de Araújo (UFPE) e Leonardo Guimarães Neto (UFPE).

O professor R.N.Santana, professor do Departamento de Economia / UFPI, está coordenando o **Círculo de Debates sobre o Mundo Contemporâneo**.

Serão proferidas as palestras:

Dia 21/10 - Caos, Conhecimento e Morte de um Clichê
Prof. Michael Stricklin (Universidade de Nebraska - EUA)

Dia 25/10 - Incerteza e Sujeito
Prof. Paulo Vaz (UFRJ)

Dia 26/10 - Educação - Arte na era Tecnológica
Prof. Edvaldo Souza Couto (UFBA)

Dia 27/10 - Tecnologia e Imaginário Social: da Necessidade do Naufrágio
Prof. Juremir Machado da Silva (PUC/RS)

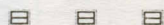
Dia 3/11 - Piauí, Brasil e Mundo
Prof. Clóvis Moura (IBEA)

Dia 4/11 - Uma Nova Economia?
Prof. Ricardo Alaggio Ribeiro (DECON/UFPI)

Dia 5/11 - Afetividade - Ontem, Hoje e Amanhã
Profª. Mª do Carmo Bédard (UFPI)

Dia 8/11 - Depois do Estado-Nação: o que?
Prof. Washington Bonfim (UFPI)

Dia 9/11 - História, Comunicação e Sociedade
Prof. Gustavo Fortes Said (UFPI)



O Núcleo de Pesquisas Econômicas do Centro Acadêmico de Economia / UFPI, foi contratado pelo IBAMA para realizar um estudo sobre a viabilidade econômica do Parque Nacional de 7 Cidades, em Piracuruca-PI.

O trabalho será coordenado pelo supervisor do Núcleo, o prof. Dr. Willian Jorge Bandeira (DECON / UFPI).

INFORME

A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) Teresina, calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, registrou no mês de setembro/99 um crescimento médio de 0,28%. Isto comparado aos níveis de preços praticados no último mês de agosto/99. Este resultado é 0,64% menor do que o índice verificado no último mês de agosto/99. Este resultado é 0,64% menor do que o índice verificado no último mês de agosto, refletindo uma desaceleração de preços no mês de setembro.

O crescimento médio de 0,28 verificado em setembro/99, elevou o crescimento médio nos nove primeiros meses do ano para 8,53%, enquanto o percentual acumulado nos últimos 12 meses atingiu 11,00%. A variação acumulada na vigência do Plano Real atingiu 126,60%.

Analisando a composição do índice de setembro/99, observou-se que os produtos componentes dos grupos Vestuário, Artigos de Residência e Habitação exerceram maior influência na formação do Índice Geral, com aumentos de 1,46%, 1,38% e 0,57% respectivamente.

Por outro lado, os produtos do Grupo Alimentação apresentaram queda de preços de 0,18%, funcionando dessa forma, como inibidor para que não se registrasse uma variação positiva ainda maior no Índice Geral, fato que tem se repetido em várias fases do Plano Real.

Fonte: Fundação CEPRO

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	INPC IBGE	IPC FIPE	IPCA IBGE	IGP-M FGV	POUPANÇA	IGP-DI FGV	Taxa de Câmbio (1)	
							Comercial RS/US\$	Paralelo RS/US\$
Janeiro	0,65	0,50	0,70	0,84	1,0189	1,55	1,9832	2,100
Fevereiro	1,29	1,41	1,05	3,61	1,3339	4,44	2,0648	1,950
Março	1,28	0,56	1,10	2,83	1,6672	1,98	1,7220	1,800
Abril	0,47	0,47	0,56	0,71	1,1122	0,03	1,6660	1,717
Mai	0,05	-0,37	0,30	-0,29	1,0790	-0,34	1,7220	1,735
Junho	0,07	-0,08	0,19	0,36	0,8124	1,02	1,7695	1,817
Julho	0,74	1,09	1,09	1,55	0,7948	1,59	1,7892	1,862
Agosto	0,55		0,56	1,56	0,7960	1,45	1,9159	1,983
Setembro	0,39	0,35	0,31	1,45	0,7729	1,46		
Acumulado no ano	5,62		6,01	13,29	9,78	13,39		
Acumulado Em 12 meses	5,99	7,33	6,25	13,52		14,25		

Fontes: CORECON/SP, Planeta Dinheiro(Internet) (1)Cotação do preço de venda do último dia do mês

IPC-TERESINA - PESO NA ESTRUTURA E VARIAÇÃO PERCENTUAL
SETEMBRO DE 1999

GRUPOS	PESO NA ESTRUTURA	VARIAÇÃO PERCENTUAL		
		No mês	No ano	12 meses
Alimentação	41,93	-0,18	3,84	5,91
Habitação	13,25	0,57	14,35	19,37
Artigos de Residência	5,45	1,38	9,54	10,90
Vestuário	8,36	1,46	11,86	16,59
Transportes e Comunicações	11,69	0,04	15,21	17,70
Saúde e Cuidados Pessoais	8,99	0,35	13,13	14,54
Serviços Pessoais	10,33	0,33	5,69	6,51
TOTAL	100,00	0,28	8,53	11,00

Fonte: Fundação CEPRO

CESTA BÁSICA - COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR
SETEMBRO DE 1999

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (RS)	Variação Percentual	
			No mês	No ano
Açúcar Cristal	3,00 Kg	1,38	0,55	-19,30
Arroz	3,60 Kg	2,99	-0,07	-1,97
Banana (frutas)	7,50 dz	16,13	4,09	32,00
Café em Pó	0,30 Kg	1,79	-0,82	2,87
Carne Bovina	4,50 Kg	17,51	2,08	11,31
Farinha de mandioca	3,99 Kg	2,77	0,97	7,78
Feijão	4,50 Kg	6,59	1,98	-22,56
Leite Pasteurizado	6,00 Lt	4,80	0,00	0,00
Margarina	0,75 Kg	2,58	-0,10	10,26
Óleo Vegetal	0,90 Lt	1,41	0,41	
Pão	6,00 Kg	12,00	0,00	0,00
Tomate (verd)	12,00 Kg	10,60	-24,22	6,00
TOTAL		80,55	-2,76	5,87

Fonte: Fundação CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO
ANO 3 - N° 07 - OUTUBRO DE 1999
EDITADO PELO DEPT° DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VERAS
DEPT° DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UFPI
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO
DEPT° DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
EDITORAÇÃO GRÁFICA: ENOISA VERAS
TIRAGEM: 1500 EXEMPLARES
IMPRESSÃO: GRÁFICA - UFPI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ
CEP: 64.049-550
TELEFONE: (0xx86) 215-5788 / 215-5789 /
215-5790 FAX: (0xx86)215-5697